

A POBREZA NO BRASIL: Substantivo feminino

Luise Rodrigues Antunes, acadêmica do Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento.

Dra. Alessandra Troian, docente, Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento

luiseantunes.aluno@unipampa.edu.br

O Brasil encontra-se como o 7º país com maiores desigualdades no mundo. Concentrando 48% de toda riqueza nacional no 1% mais rico da população, o que faz com que 50% da sociedade viva apenas com 3% da riqueza do país. Às diferenças de renda e riqueza somam-se as de gênero, étnica, raça, educação, entre outras. Em torno de 51 milhões de brasileiros vivem na condição de pobreza, com uma renda per capita de R\$ 450 por mês, conforme o marco de rendimento utilizado pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 por pessoa/dia. Nesse sentido, existem determinantes que cooperam para as mulheres serem mais propensas a experimentar a pobreza abrangendo: a disparidade na participação trabalhista, bem como salários reduzidos; desvalorização da economia do cuidado; depreciação social das tarefas desempenhadas pelas mulheres, acarretando uma segregação ocupacional colocando-as em trabalhos mais precários e informalizados; desigualdade em oportunidades de tomadas de decisão, demonstrando a baixa presença feminina em cargos de lideranças e no setor público. Nesse cenário, configura-se a feminização da pobreza, que ocorre devido as mazelas da sociedade de desigualdade e gênero. Esse termo, foi introduzido por Diane Pierce em 1978, devido a autora concluir que a pobreza estaria cada vez se tornado mais um problema feminino, assim o termo “feminização da pobreza” ficou popularizado no Brasil a partir de 1990, alguns anos após eclodir o feminismo, sem definições fixas, apenas caracterizando que há diferença nos níveis de pobreza dos homens e mulheres. Torna-se claro que as mulheres vivem em situação de déficit de direitos sociais, os quais equiparem a igualdade de gênero e que as protejam contra as suas diferenças laborais. Ainda assim, a grupos de mulheres com mais vulnerabilidades: as jovens, as idosas, as portadoras de deficiência, aquelas economicamente inativas, habitantes de zonas rurais, as que compõe famílias monoparentais, aquelas com pouca formação escolar. Este grupo ainda é mais afetado pela feminização da pobreza. Para corroborar com o exposto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), expos em seu Relatório de 1995, que 70% dos pobres no mundo eram mulheres, é evidente que esse processo vem deixando a pobreza com o rosto feminino. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo evidenciar o processo de feminização da pobreza no Brasil. Para tal proposito realizou-se pesquisa bibliográfica, em bases de dados como: Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Portal Scielo e Oxfam, por meio de artigos, dissertações e teses relacionadas à temática, empregando-se a análise interpretativa das informações reunidas. Como resultado, foram selecionadas sete obras para fazer a composição

do estudo. Nesse sentido, o principal processo da feminização da pobreza se dá a partir da diferença salarial, conforme a PNAD continua, mulheres ganhavam aproximadamente 72% do que ganhavam os homens em 2016, caindo para 70% em 2017. Ainda em 2017, a renda média feminina era de R\$ 1.798,72, enquanto a masculina era de R\$ 2.578,15. Fatos que acentuam as desigualdades de gênero, e as discrepâncias laborais contra as mulheres, as colocando em um cenário beirando a linha da pobreza. Outro ponto a ser considerado é referente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 10, que indica “a redução de desigualdades dentro dos países e entre eles” Ao longo de 2016 e 2017, os 40% mais pobres obtiveram uma renda pior que a média nacional, indo contra o princípio da ODS 10. Ressaltando-se que nesse período, o pior desempenho foi das mulheres e da população negra. Outro processo que contribui para feminização da pobreza é o aumento significativo no número de famílias chefiadas por mulheres, pois, a conjuntura da maternidade e a necessidade de adentrar no mercado de trabalho são um dos elementos para explicar suas maiores vulnerabilidades, devido a estas se submeterem a situações de subocupações. Ainda, mulheres com o peso da raça, do sexo e da classe social, sendo a interseccionalidade de todas essas coisas, vem contribuindo para o preconceito e aumento de suas necessidades, nesse sentido, fazem necessárias políticas públicas que combatam a pobreza e políticas de gênero. Por fim, destaca-se a necessidade de ações públicas e efetivas que visem melhorar a renda e a qualidade de vida das mulheres.

Agradecimentos: A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Palavras-chave: Mulheres; Renda; Desigualdade